

TRISUL S.A.

CNPJ/MF nº. 08.811.643/0001-27

NIRE 35.300.341.627

COMPANHIA ABERTA

TRISUL S.A. (“Companhia”), em cumprimento ao disposto nas Instruções CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009 e nº 481 de 17 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (“Instrução CVM 480” e “Instrução CVM 481”, respectivamente), disponibiliza as seguintes informações para a realização da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 23 de abril de 2021, em sua sede social (“AGOE”):

1. Proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2019, contendo as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481 (Artigo 9º, parágrafo único, inciso II, da Instrução CVM 481);
2. Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, contendo as informações indicadas no Item 10 do Formulário de Referência (Artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481);
3. Informações sobre os membros do Conselho de Administração indicados e/ou apoiados pela administração ou acionistas controladores, contendo informações previstas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência (Artigo 10, da Instrução CVM 481);
4. Proposta de Remuneração dos administradores, contendo as informações relativas à remuneração dos administradores da Companhia previstas no item 13 do Formulário de Referência (Artigo 12, da Instrução CVM 481);

Informamos, ainda, que os demais documentos exigidos pelo artigo 9º da Instrução CVM 481 encontram-se disponibilizados aos acionistas na sede social da Companhia e divulgados nos *websites* de Relação com Investidores (<http://ri.trisul-sa.com.br>), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

São Paulo, 23 de março de 2021.

**A ADMINISTRAÇÃO
TRISUL S.A**

TRISUL S.A.
CNPJ/MF nº. 08.811.643/0001-27
NIRE 35.300.341.627

Destinação do Lucro Líquido

1. Informar o Lucro Líquido do exercício:

O Lucro Líquido ajustado da Companhia em 31.12.2020 é de R\$ 170.092.277,15 (cento e setenta milhões noventa e dois mil duzentos e setenta e sete e quinze centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

	Proposta de Distribuição de Dividendos
Valor Total Bruto	R\$ 45.000.000,00
Valor por Ação	R\$ 0,24113489

Não houve declaração de dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados no exercício.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

A administração propõe a distribuição de 26,46% do lucro líquido do exercício, após dedução da reserva legal.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

N/A

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O valor dos dividendos propostos é de R\$ 0,24113489 por ação ordinária. Não houve distribuição de dividendos antecipados.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos propostos para a Assembleia Geral Ordinária serão distribuídos em duas parcelas, sendo a primeira paga até 14 de maio de 2021 e a segunda paga até 15 de julho de 2021, a qual deverá ser submetida à aprovação dos acionistas da Companhia.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

N/A

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data da declaração de pagamento dos dividendos coincide com o dia da Assembleia Geral Ordinária, portanto, em 23/04/2021.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

N/A

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

N/A

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

N/A

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

	2018	2019	2020
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	R\$71.944.117,57	R\$140.080.151,72	R\$ 170.092.277,15
Dividendo distribuído	R\$20.000.000	R\$40.000.000	R\$45.000.000
Juros sobre capital próprio distribuído	-	-	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R\$ 8.504.613,86

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Lucro líquido do exercício R\$ 170.092.277,15
Base de cálculo R\$ 170.092.277,15 x 5%

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

A Companhia não possui ações preferenciais.

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

N/A

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

N/A

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

N/A

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

N/A

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

N/A

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Nos termos do Artigo 38, §3º do Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

Não há retenção do dividendo obrigatório.

a. Informar o montante da retenção

N/A

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

N/A

c. Justificar a retenção dos dividendos

N/A

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

Não há destinação de resultado para a reserva de contingências.

a. Identificar o montante destinado à reserva

N/A

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

N/A

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

N/A

d. Justificar a constituição da reserva

N/A

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

Não há destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

N/A

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

N/A

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Nos termos do disposto no Artigo 38, parágrafo 1º, alínea "f" de seu Estatuto Social, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia.

b. Identificar o montante destinado à reserva

N/A

c. *Descrever como o montante foi calculado*

N/A

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. *Identificar o montante da retenção*

N/A

b. *Fornecer cópia do orçamento de capital*

N/A

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

Não há destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

a. *Informar o montante destinado à reserva*

N/A

b. *Explicar a natureza da destinação*

N/A

TRISUL S.A.
CNPJ/MF nº. 08.811.643/0001-27
NIRE 35.300.341.627

**COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA
COMPANHIA**

(Item 10 do Formulário de Referência)

10.1 Os diretores devem comentar sobre

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A diretoria da Companhia acredita na eficiência de sua estratégia de endividamento¹ reduzido, o que pode ser verificado pela constante redução percentual da relação dívida líquida/ patrimônio líquido após o mês de setembro de 2013, quando a companhia apresentou relação dívida líquida/ patrimônio líquido de 73%, em 31 de dezembro de 2014 atingiu relação dívida líquida/ patrimônio líquido de 48%, ao passo que em 31 de dezembro a relação DL/PL apresentada foi de 51%, mantendo-se em linha, o que ratifica o compromisso de desalavancagem. No fechamento de 2015 a Companhia possuía um endividamento líquido de R\$277 milhões, sendo: posição de caixa e equivalentes de caixa no final do período de R\$42,6 milhões e endividamento total (incluindo SFH) de R\$319 milhões. Do total deste endividamento R\$175 milhões estão relacionados a financiamento à construção. Já no fechamento de 2016 a Companhia apresentou um decréscimo de 38% do endividamento total na comparação com o ano anterior, registrando uma relação DL/PL de 33%. No fechamento de 2017 a Companhia apresentou um decréscimo de 23% do endividamento total na comparação com o ano anterior, registrando uma relação DL/PL de 24%. No fechamento de 2018 a Companhia apresentou um decréscimo de 13% do endividamento em capital de giro na comparação com o ano anterior, registrando uma relação DL/PL de 30%. A dívida líquida ex-SFH/PL registrava 3% em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2019, a relação DL/PL apresentada pela Companhia era de 17%, 46,3 p.p a menos do que o fechamento do ano de 2018. No fechamento de 2020 a Companhia apresentou uma relação DL/PL de 5%, um aumento de 22,2 p.p. em comparação ao ano de 2019. A dívida líquida ex-SFH/PL registrava -10% em 31 de dezembro de 2020.

A evolução da geração de caixa se deu da seguinte forma nos últimos exercícios: em 31 de dezembro de 2011 a Companhia apresentou *cash burn* de R\$52 milhões ao passo que em 31 de dezembro de 2012 a companhia gerou R\$218 milhões, aplicado no abatimento de dívida no valor de R\$208 milhões; Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia apresentou geração de Caixa Operacional Líquido de R\$344 milhões.² Em 31 de dezembro de 2014 a Trisul havia gerado R\$174 milhões de caixa operacional. Em 31 de dezembro de 2015 a Trisul havia gerado R\$47 milhões de caixa operacional, redução ocorrida devido à compra de novos terrenos. Em 31 de dezembro de 2016 a Trisul gerou R\$146,5 milhões de caixa operacional. Já em 31 de dezembro de 2017 a Trisul gerou R\$ 89,4 milhões de caixa operacional, redução ocorrida devido à compra de novos terrenos. Em 31 de dezembro de 2018 a Trisul gerou R\$ 89,5 milhões de caixa operacional, aumento de 199% ante o ano anterior. Ao final de 2019, a Companhia gerou R\$ 168,3 de caixa operacional, aumento de 88% em comparação com 2018. Por fim, em 31 de dezembro de 2020, a Trisul gerou R\$ 201,5 de caixa operacional, representando um aumento de 20% em comparação com o ano de 2019.

Contas a Receber: em 31 de dezembro de 2020 a Companhia contava com um saldo de recebíveis de R\$ 1.049 milhões (receitas realizadas já registradas no balanço da Companhia somadas às receitas a realizar), os quais serão realizados à medida que as unidades serão entregues. Deste total, R\$ 680 milhões estão registrados no curto prazo.

¹ Cálculo de Endividamento Pro-Forma.

² Caixa Operacional Líquido Pro-Forma.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Em relação à estrutura de capital, o Patrimônio líquido da Companhia passou de R\$488,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$511 milhões em dezembro de 2013, R\$513 milhões em 2014, R\$510 milhões em 2015, R\$ 524 milhões em 2016, R\$ 547 milhões em 2017, R\$ 600 milhões em 2018, R\$ 1.194 milhões em 2019 e R\$ 1.213 milhões. Abaixo seguem as considerações sobre a estrutura de capital nos últimos exercícios sociais:

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía uma disponibilidade de R\$ 24 milhões, totalizando dívida líquida de R\$ 173 milhões e relação dívida líquida sobre patrimônio líquido de 33%. Excluindo a dívida com SFH (financiamento destinado à produção) o índice dívida líquida sobre patrimônio passa a ser de 18%.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía uma disponibilidade de R\$ 89,7 milhões, totalizando dívida líquida de R\$ 134 milhões e relação dívida líquida sobre patrimônio líquido de 24%. Excluindo a dívida com SFH (financiamento destinado à produção) o índice dívida líquida sobre patrimônio passa a ser de 8%.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía uma disponibilidade de R\$ 99,4 milhões, totalizando dívida líquida de R\$ 176 milhões e relação dívida líquida sobre patrimônio líquido de 30%. Excluindo a dívida com SFH (financiamento destinado à produção) o índice dívida líquida sobre patrimônio passa a ser de 3%.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía uma disponibilidade de R\$ 488,1 milhões, totalizando um endividamento líquido positivo de R\$ 182,8 milhões e relação dívida líquida sobre patrimônio líquido de -17%. Excluindo a dívida com SFH (financiamento destinado à produção), o índice dívida líquida sobre patrimônio passa a ser de -30%

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía uma disponibilidade de R\$ 478,7 milhões, totalizando um endividamento líquido negativo de R\$ 62,5 milhões e relação dívida líquida sobre patrimônio líquido de 5%. Excluindo a dívida com SFH (financiamento destinado à produção), o índice dívida líquida sobre patrimônio passa a ser de -10%

Abaixo segue a estrutura de financiamento, configurando a distinção entre capital próprio (Patrimônio Líquido) e capital de terceiros (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) para os últimos 3 exercícios sociais:

Estrutura do Passivo

<i>(em R\$ milhões)</i>	<u>dez/20</u>	<u>dez/19</u>	<u>dez/18</u>
Capital de Terceiros (1)*	964,00	705,37	486,59
Capital Próprio (2)**	1.212,90	1.093,13	600,49
Total do Passivo e PL (3)	2.176,90	1.798,50	1.087,08
(1)/(3)	44%	39%	45%
(2)/(3)	56%	61%	55%

*Passivo circulante + passivo não circulante

**Patrimônio Líquido

(i) *hipóteses de resgate*

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) *fórmula de cálculo do valor de resgate*

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições, acredita possuir capacidade para contratá-los.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Considerando os exercícios findos entre 2014 e 2020 a Companhia optou por financiar seu capital de giro por meio de linhas de financiamento do Sistema Financeiro de Habitação e principalmente através do fluxo de caixa proveniente de suas operações, o que permitiu subsidiar suas atividades operacionais e de investimentos. Para a carteira de recebíveis de empreendimentos concluídos, em grande parte dos casos, a Companhia não financia seus clientes após a conclusão de suas obras, realizando repasses para instituições financeiras e, quando necessário, securitização de seus recebíveis.

A política de gerenciamento de capital de giro da Companhia tem como objetivo o máximo retorno do capital empregado. Na compra de terrenos, a Companhia procura alongar ao máximo o prazo de pagamento e reduzir os pagamentos necessários nos períodos iniciais após a compra. Para a realização da construção de seus empreendimentos, busca financiamentos junto a instituições financeiras integrantes do SFH. Tais políticas, aliadas aos valores recebidos de seus clientes ao longo do período de construção, reduzem a exposição de caixa e, conseqüentemente, aumentam o retorno sobre o capital investido em seus empreendimentos.

Abaixo segue o detalhamento das fontes de financiamento:

Endividamento

<i>(em R\$ milhões)</i>	<u>dez/20</u>	<u>dez/19</u>	<u>dez/18</u>
Financiamentos para Construção -SFH	180	147	161
Empréstimos para capital de giro	361	158	116
	<u>541</u>	<u>305</u>	<u>277</u>

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Vide item "d" acima.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O saldo de empréstimos e financiamentos (IFRS 10) da Companhia apresentava a seguinte composição em 31 de dezembro de 2020:

Breakdown - Dívida	
<i>(em R\$ milhões)</i>	<i>dez/20</i>
Financiamentos para construção	41,6
Empréstimos para capital de giro e debêntures	104,7
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo	146,3
Financiamentos para construção	138,3
Empréstimos para capital de giro e debêntures	256,5
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo	394,8
Total do Endividamento	541,2

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

No quadro abaixo, é possível observar a posição dos empréstimos e financiamentos da Companhia de maior relevância.

Banco	Valor Trisul
XP Investimentos	148.848.321
BTG Pactual	39.766.482
Itaú	33.342.488
ABC	32.794.277
Votorantim	31.274.474
Polo	28.651.436
Safra	25.754.237
BBM	25.619.076
BTG Pactual	24.970.677
BTG Pactual	24.970.677
CEF	18.545.056
CEF	12.769.010
Santander	12.556.857
Itaú	12.162.558
CEF	11.042.059
CEF	10.673.724
Banco Tricury	10.014.898
Banco Tricury	10.014.898
CEF	9.009.672
ABC	7.454.526
Safra	5.009.054
Votorantim	4.712.396
CEF	1.291.635

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não apresenta relações de longo prazo com instituições financeiras além das operações mencionadas acima.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Os financiamentos para construção possuem como garantia a hipoteca de cada obra, instrumentos de fiança dos acionistas e o penhor de recebíveis imobiliários, conforme cada caso em específico. Os empréstimos para capital de giro são garantidos por aval dos acionistas. As operações de leasing possuem como garantia os próprios bens adquiridos na forma de arrendamento mercantil financeiro.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os recursos provenientes das linhas de crédito do sistema financeiro de habitação (SFH) são liberados conforme cronograma físico-financeiro de cada obra financiada.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Análise das Demonstrações de Resultado:

Demonstração de Resultado Consolidado (em R\$ mil)	4T20	4T19	4T20 vs 4T19	3T20	4T20 vs 3T20	2020	2019	2020 vs 2019
IFRS								
Receita Operacional Bruta	263.514	220.454	20%	260.666	1%	908.141	817.002	11%
Com venda de imóveis	264.273	218.064	21%	261.625	1%	908.814	814.618	12%
Com prestação de serviços/aluguéis	849	211	302%	694	22%	2.600	1.349	93%
Ajuste a valor presente	(1.608)	2.179	-174%	(1.653)	-3%	(3.273)	1.035	-416%
(-) Provisão para distratos	(5.241)	(659)	695%	(424)	1136%	(11.136)	(1.527)	629%
(-) Impostos incidentes	(5.483)	(4.840)	13%	(5.541)	-1%	(18.045)	(16.804)	7%
Receita Operacional Líquida	252.790	214.955	18%	254.701	-1%	878.960	798.671	10%
Custos de imóveis e serviços vendidos	(159.877)	(131.654)	21%	(167.393)	-4%	(569.017)	(513.583)	11%
Lucro Bruto	92.913	83.301	12%	87.308	6%	309.943	285.088	9%
% Margem Bruta	37%	39%	-2 p.p.	34%	2,5 p.p.	35%	36%	-0,4 p.p.
Despesas/Receitas Operacionais	(27.690)	(32.839)	-16%	(30.191)	-8%	(110.847)	(114.705)	-3%
Despesas administrativas	(16.994)	(18.388)	-8%	(18.712)	-9%	(67.008)	(67.469)	-1%
% despesas administrativas	7%	9%	-1,8 p.p.	7%	-0,6 p.p.	8%	8%	-0,8 p.p.
Despesas comerciais	(16.065)	(14.226)	13%	(15.019)	7%	(59.918)	(51.500)	16%
% despesas comerciais	6%	7%	-0,3 p.p.	6%	0,5 p.p.	7%	6%	0,4 p.p.
Despesas tributárias	(376)	(158)	138%	(189)	99%	(889)	(580)	53%
Resultado com equivalência patrimonial	8.295	6.219	33%	6.203	34%	26.244	13.509	94%
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(1.549)	(2.128)	-27%	(1.356)	14%	(5.292)	(3.244)	63%
Despesas com depreciação e amortização	(154)	(283)	-46%	(149)	3%	(813)	(1.205)	-33%
Outras receitas (despesas) operacionais	(847)	(3.875)	-78%	(969)	-13%	(3.171)	(4.216)	-25%
Lucro Operacional	65.223	50.462	29%	57.117	14%	199.096	170.383	17%
Despesas Financeiras	(3.459)	(4.410)	-22%	(3.410)	1%	(14.083)	(16.563)	-15%
Receitas Financeiras	4.257	6.573	-35%	3.084	38%	16.506	14.485	14%
Lucro antes do IR e Contribuição Social	66.021	52.625	25%	56.791	16%	201.519	168.305	20%
Imposto de renda e contribuição social	(5.448)	(4.670)	17%	(5.357)	2%	(17.893)	(17.283)	4%
Lucro antes da participação de não controladores	60.573	47.955	26%	51.434	18%	183.626	151.022	22%
Participação de não controladores	(5.155)	(4.225)	22%	(3.401)	52%	(13.534)	(10.942)	24%
Lucro líquido do período	55.418	43.730	27%	48.033	15%	170.092	140.080	21%
% Margem Líquida	21,9%	20,3%	1,6 p.p.	18,9%	3,1 p.p.	19,4%	17,5%	1,8 p.p.

Receita Líquida:

No setor de incorporação e construção imobiliária a receita referente às vendas contratadas de cada empreendimento é apropriada ao resultado da Companhia ao longo do período de construção, através do método do percentual de evolução financeira de cada obra (PoC – Percentage of Completion Method). Esse percentual é mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado das unidades vendidas por empreendimento. Dessa receita apropriada também é descontado o AVP – Ajuste a Valor Presente conforme CPC 12. A receita operacional líquida apresentou elevação de 10%, passando de R\$ 799 milhões no exercício de 2019 para R\$ 879 milhões no exercício de 2020.

Despesas Gerais e Administrativas:

Como percentual da receita líquida, as despesas gerais e administrativas em 2020 representaram 8%.

Em valores absolutos, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 67 milhões no exercício de 2020.

Abaixo segue *breakdown* das despesas administrativas.

Despesas Administrativas (R\$ mil)	4T20	3T20	2020	2019	▲%
Pessoal	(5.913)	(6.135)	(22.527)	(19.148)	18%
Honorários da administração	(584)	(513)	(3.252)	(2.782)	17%
Ocupação / Outros	(199)	(171)	(887)	(1.050)	-16%
Amortização de direito de uso	(409)	(409)	(1.636)	(1.491)	10%
Assessorias e consultorias	(6.174)	(5.767)	(21.056)	(21.365)	-1%
Despesas gerais	(3.715)	(5.717)	(17.650)	(21.633)	-18%
Total de despesas administrativas	(16.994)	(18.712)	(67.008)	(67.469)	-1%

Despesas Comerciais:

Abaixo segue *breakdown* das despesas comerciais, as quais estão concentradas principalmente em despesa com propaganda e publicidade.

Despesas Comerciais (R\$ mil)	4T20	3T20	2020	2019	▲%
Propaganda e publicidade	(4.147)	(1.829)	(12.151)	(14.766)	-18%
Promoção de vendas	(5.849)	(7.049)	(25.254)	(18.224)	39%
Unidades em estoque (IPTU/Condomínio)	(784)	(1.055)	(3.427)	(2.350)	46%
Estandes de vendas – depreciação	(3.785)	(3.523)	(13.273)	(8.633)	54%
Estandes de vendas - despesas gerais	(1.312)	(1.168)	(4.907)	(5.028)	-2%
Outras	(188)	(395)	(906)	(2.499)	-64%
Total de despesas comerciais	(16.065)	(15.019)	(59.918)	(51.500)	16%

Resultado Financeiro:

(R\$ mil)	4T20	4T19	Var. %	3T20	Var. %	2020	2019	Var. %
Despesas financeiras	(3.459)	(4.410)	-21,6%	(3.410)	1,4%	(14.083)	(16.583)	-15%
Receitas financeiras	4.257	6.573	-35%	3.084	38%	16.506	14.485	14%
Resultado Financeiro	798	2.163	-63%	(326)	-345%	2.423	(2.078)	-217%

Lucro Líquido do exercício:

Informações Financeiras (R\$ mil)	4T20			3T20		2020		
	4T19	Var. %		Var. %		2019	Var. %	
Lucro Líquido	55.418	43.730	27%	48.033	15%	170.092	140.080	21%
% Margem Líquida	21,9%	20,3%	1,6 p.p.	18,9%	3,1 p.p.	19,4%	17,5%	1,8 p.p.

Análise do Balanço Patrimonial:

Balanço Patrimonial Consolidado (em R\$ mil) IFRS	31/12/2020	30/09/2020	Var.	
Ativo Circulante	1.680.830	1.332.510	348.320	26%
Caixa e equivalentes de caixa	478.720	304.632	174.088	57%
Contas a receber	518.171	421.727	96.444	23%
Imóveis a comercializar	673.219	593.615	79.604	13%
Créditos diversos	8.035	9.461	(1.426)	-15%
Impostos e contribuições a recuperar	2.685	3.075	(390)	-13%
Ativo Não Circulante	496.071	607.036	(110.965)	-18%
Contas a receber	89.617	162.313	(72.696)	-45%
Imóveis a comercializar	286.280	327.025	(40.745)	-12%
Partes relacionadas	28.874	27.218	1.656	6%
Impostos e contribuições a recuperar	719	443	276	62%
Créditos diversos	5.340	7.610	(2.270)	-30%
Investimentos	65.003	64.109	894	1%
Imobilizado	18.770	17.005	1.765	10%
Intangível	1.468	1.313	155	12%
Ativo Total	2.176.901	1.939.546	237.355	12%
Passivo Circulante	456.727	382.455	74.272	19%
Fornecedores	51.292	49.112	2.180	4%
Empréstimos e financiamentos	135.051	95.788	39.263	41%
Debêntures	11.317	11.508	(191)	-2%
Obrigações trabalhistas e tributárias	16.609	16.162	447	3%
Impostos e contribuições diferidos	19.601	15.402	4.199	27%
Credores por imóveis compromissados	106.837	128.041	(21.204)	-17%
Adiantamento de clientes	55.655	49.177	6.478	13%
Contas a pagar	16.550	13.365	3.185	24%
Dividendos a pagar	40.397	-	40.397	100%
Partes relacionadas	3.418	3.900	(482)	-12%
Passivo Não Circulante	507.274	363.366	143.908	40%
Empréstimos e financiamentos	228.698	244.973	(16.275)	-7%
Debêntures	166.183	17.143	149.040	869%
Credores por imóveis compromissados	78.194	67.450	10.744	16%
Provisão para demandas judiciais e administrativas	10.303	8.754	1.549	18%
Impostos e contribuições diferidos	3.040	6.321	(3.281)	-52%
Contas a pagar	8.593	9.027	(434)	-5%
Adiantamento de Clientes	12.263	9.698	2.565	26%
Patrimônio Líquido	1.212.900	1.193.725	19.175	2%
Capital social	866.080	866.080	-	0%
(-) Despesas com emissão de ações	(24.585)	(24.585)	-	0%
Reservas de capital	12.629	12.629	-	0%
Reservas de lucro	313.914	298.893	15.021	5%
Participação de não controladores	51.854	47.700	4.154	9%
Ações em tesouraria	(6.992)	(6.992)	-	0%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.176.901	1.939.546	237.355	12%

Considerações sobre as principais contas do Ativo:

Caixa e Equivalentes de Caixa:

Em 31 de dezembro de 2020, as disponibilidades da Companhia totalizaram R\$ 479 milhões.

Contas a receber de clientes – Circulante e Não circulante:

O saldo de contas a receber de clientes ao final de 2020 totalizou R\$ 719 milhões. Desse total, R\$ 395 milhões já tiveram suas receitas apropriadas.

Contas a Receber (em R\$ mil) ⁽¹⁾	Saldo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Contas a Receber - Receita realizada ⁽²⁾	648.392	541.733	440.677
Contas a Receber - Receita a apropriar	468.568	566.684	310.475
Adiantamento de Clientes ⁽³⁾	(67.918)	(56.474)	(31.764)
Total	1.049.042	1.051.943	625.174

(1) IFRS 10

(2) Não inclui o contas a receber com prestação de serviços de administração, ajuste a valor presente e provisão para devedores duvidosos.

(3) Valores recebidos de clientes que superam a receita reconhecida.

Imóveis a Comercializar: Circulante e Não circulante:

O saldo de imóveis a comercializar estava assim composto, nos períodos indicados:

Imóveis a Comercializar (em R\$ mil)	Saldo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Terrenos para futuras incorporações	603.984	396.743	269.286
Imóveis em construção	285.723	243.037	182.501
Imóveis concluídos	69.892	35.152	24.518
Total	959.499	674.932	476.305

Considerações sobre as principais contas do Passivo:

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – Circulante e Não Circulante:

O total de endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 541,2 milhões, Conforme demonstrado no quadro abaixo:

Endividamento

<i>(em R\$ milhões)</i>	<u>dez/20</u>	<u>dez/19</u>	<u>dez/18</u>
Financiamentos para Construção -SFH	180	147	161
Empréstimos para capital de giro	361	158	116
	<u>541</u>	<u>305</u>	<u>277</u>

Credores por imóveis compromissados:

O saldo de credores por imóveis compromissados representam obrigações a pagar decorrentes da aquisição de terrenos, objeto de incorporação, que serão liquidadas com recursos próprios, conforme segue:

(em R\$ mil)	Saldo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Credores por imóveis compromissados			
Circulante	106.837	201.839	67.216
Não circulante	78.194	673	-
Total	185.031	202.512	67.216

Patrimônio líquido:

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 600 milhões.

(em R\$ mil)	Saldo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Capital social	866.080	866.080	461.080
(-) Despesas com emissão de ações	(24.585)	(24.585)	-
Reservas de capital	12.629	12.629	12.629
Reservas de lucro	313.914	190.951	87.052
Prejuízos acumulados	-	-	-
Ações em tesouraria	(6.992)	-	-
Participação de não controladores	51.854	48.057	39.730
Patrimônio líquido	2.212.900	1.093.132	600.491

10.2 Os diretores devem comentar sobre

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2018, 2019 e 2020 nossas receitas decorreram principalmente da venda de unidades imobiliárias. Além disso, em menor escala parte da nossa receita decorreu com prestação de serviços e com locações de imóveis. As receitas relativas às unidades imobiliárias vendidas são apropriadas ao resultado ao longo do período de construção dos empreendimentos, à medida da sua evolução financeira, independente data de recebimento da parcela relativas às unidades vendidas. As receitas auferidas com prestação de serviços e locação de imóveis são registradas em conformidade com o regime de competência de exercícios.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

(em R\$ mil)	2020	2019	2018
Com venda de imóveis	908.814	841.618	556.953
Com prestação de serviços	1.761	1.349	2.781
Com locações	839	-	-
(-) Provisão para distratos	(11.136)	(1.527)	(14.996)
(-) Impostos incidentes	(18.045)	(16.804)	-
Ajuste a valor presente	(3.273)	1.035	508
Receita operacional líquida	878.960	798.671	545.246

As receitas auferidas são provenientes principalmente de vendas contratadas de lançamentos feitos em períodos anteriores.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de vendas podem ser impactadas pela variação do índice de inflação que corrige nossos contratos. As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC) para a fase de construção dos projetos, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e juros, após a data de entrega das chaves para as unidades concluídas. Introduções de novos produtos, além de alterações no volume de lançamentos e mudanças no ritmo de evolução de obra podem gerar significativas mudanças nas receitas da Companhia.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

As variações relativas ao Índice Nacional da Construção Civil (INCC) indexam os custos de produção e o saldo devedor dos clientes até o término da obra. As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e por fundos de investimentos, remuneradas às taxas médias que variam de 98% a 108% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Nossa dívida possui alguns indexadores dependendo da modalidade do empréstimo como: (i) Financiamentos a Construção – atualizado pela Taxa Referencial (TR) e (ii) Empréstimos para Capital de Giro – atualizados pela variação do CDI. Com relação a taxas de câmbio, a Companhia não possui dívidas ou valores a receber denominados em moeda estrangeira. Adicionalmente, nenhum dos custos relevantes da Companhia é denominado em moeda estrangeira.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia atua em todos os segmentos de renda do mercado imobiliário residencial, com maior concentração a partir de 2011 em empreendimentos de médio e médio-alto padrão no estado de São Paulo. Neste sentido, a Companhia possui uma estrutura de negócio adequada para a execução de seus planos futuros, não havendo, no presente momento, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia realiza aporte de capital para constituição das Sociedades de Propósito Específico ("SPE"), portanto a Companhia possui participação societária conforme já refletido nas demonstrações financeiras.

c. Eventos ou operações não usuais

N/A

10.4 Os diretores devem comentar sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Até 31 de dezembro de 2013, as demonstrações financeiras (controladora e consolidadas) da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008, e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP). O CPC 37 R1 (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira da controladora e consolidadas e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas) e IFRS, sendo que a Companhia adotou como data de transição para 1º de janeiro de 2009. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2013, conseqüentemente as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovados pelo CPC.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A aplicação desses requerimentos não resultou em nenhum ajuste decorrente de diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, com aquelas adotadas na apresentação das informações financeiras comparativas, e dessa forma não está sendo apresentada nenhuma reconciliação e as demonstrações financeiras na data de transição. Os efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC referem-se, exclusivamente, às exigências adicionais de divulgação e estão apresentados nas notas explicativas dessas demonstrações financeiras. Conforme CPC 37 (R1), a Companhia avaliou e não aplicou nenhuma das isenções e/ou exceções voluntárias. Conforme CPC 36 (R1), a participação de não controladores está sendo apresentada no patrimônio líquido das demonstrações consolidadas separada da participação dos controladores. O resultado está sendo atribuído aos controladores e aos não controladores, mesmo que a participação dos não controladores tenha sido deficitária.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

N/A

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Na preparação das demonstrações contábeis são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: provisões para contingências, Provisão para Devedores Duvidosos (PDD), provisão para garantias, vida útil dos bens do imobilizado, percentual de andamento de obra, resultado de incorporação e venda de imóveis, imposto de renda sobre receitas - corrente e diferido, classificações de curto e longo prazo, entre outros. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultarão no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. A Administração monitora e revisa periodicamente e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é plenamente satisfatório. Atualmente nossa principal ferramenta de gestão é o sistema MEGA. Trata-se de sistema integrado cujas maiores características são a integração de todas as operações e a rastreabilidade. A Companhia está atenta às novas tecnologias e ao desenvolvimento pessoal de seus colaboradores, e investe em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Ainda não há.

10.7 Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos provenientes da captação na Oferta inicial de ações da Companhia em 2007 foram destinados ao pagamento de terrenos pertencentes ao banco de terrenos da Companhia, aquisição de novos terrenos e manutenção de capital de giro. Da mesma forma, os recursos obtidos por meio da integralização das Debêntures de 1ª, 2ª, 4ª e 5ª Emissão foram destinados para aquisição de novos terrenos e reforço de capital de giro. Os recursos obtidos por meio da integralização das Debêntures de 3ª Emissão são destinados exclusivamente a financiamento à produção. Os recursos obtidos a partir da operação de follow-on, em setembro de 2019, estão sendo integralmente utilizados para a compra de terrenos e reforço do landbank da Companhia.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios relevantes das aplicações dos recursos apresentadas acima.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

A Companhia não tem qualquer operação não registrada em suas demonstrações financeiras. Não possui qualquer controlada que não esteja incluída em suas demonstrações financeiras consolidadas, nem possui quaisquer coligadas ou participações em, ou relacionamentos com, quaisquer SPEs que não estejam refletidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável.

(iv) contratos de construção não terminada

Não aplicável.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia, desde o seu IPO em outubro de 2007 até o final de 2020, lançou projetos onde a sua participação totaliza um valor geral de vendas de aproximadamente R\$6 bilhões e desde então vem investindo no desenvolvimento e entrega desses projetos. Adicionalmente, foram investidos recursos no banco de terreno para futuros lançamentos.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Hoje, a Companhia conta com os recursos captados via emissão de debêntures e linhas decorrentes do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Adicionalmente, contamos com os recursos obtidos a partir da oferta de follow-on realizada em setembro de 2019.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.11 Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

12.6 Administradores e membros do conselho fiscal

	<u>Michel Esper Saad Junior</u>	<u>José Roberto Cury</u>	<u>Jorge Cury Neto</u>	<u>Ronaldo José Sayeg</u>	<u>Fernando Tendolini</u>
Idade	72 Anos	60 Anos	61 anos	71 anos	47 anos
Profissão	Empresário	Engenheiro Civil	Engenheiro Civil	Empresário	Administrador
CPF	047.158.968-34	013.069.828-80	004.263.878-05	609.697.508-97	174166388-10
Cargo	Presidente do Conselho de Administração	Membro Efetivo do Conselho de Administração	Vice-Presidente do Conselho de Administração	Membro Efetivo do Conselho de Administração	Conselheiro Independente
Data de Eleição	26.04.2019	26.04.2019	26.04.2019	26.04.2019	26.04.2019
Data da Posse	27.04.2019	27.04.2019	27.04.2019	27.04.2019	27.04.2019
Prazo do Mandato	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos
Outros Cargos	-	-	Diretor Presidente	-	-
Eleito por Controlador	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item "12.6" em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Comitê Executivo:

	<u>Jorge Cury Neto</u>	<u>Michel Esper Saad Junior</u>
Idade	61 anos	72 Anos
Profissão	Engenheiro Civil	Empresário
CPF	004.263.878-05	047.158.968-34
Cargo	Vice-Presidente	Presidente
Data de Eleição	15.05.2017	15.05.2017
Data da Posse	15.05.2017	15.05.2017
Prazo do Mandato	1 ano	1 ano
Outros Cargos	Vice Presidente do Conselho de Administração	Presidente do Conselho de Administração
Eleito por Controlador	Sim	Sim

12.8 Currículo dos Administradores e Membros do Conselho Fiscal

a. Currículo dos Administradores e Membros do Conselho Fiscal

Conselho de Administração:

Michel Esper Saad Junior: Formado em Ciências Econômicas, em 1971, e Pós-Graduado em Administração de Empresas em 1974, pela Universidade Mackenzie. Atuou por 11 anos na Rainha - Indústria de Tênis, vendida em 1979 para Alpargatas, cuja atividade principal era Indústria de Calçados Esportivos, no cargo de Diretor Comercial, na qual tinha por função criar estratégias, formulação e análise de custos, implantação das políticas e diretrizes comerciais e econômicas da Companhia. É sócio fundador da companhia Incosul Incorporação e Construção Ltda., empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, cuja atividade principal é a realização de empreendimentos imobiliários, na qual exerceu os cargos de Diretor de Incorporação e Diretor Comercial, tendo

por função predominantemente estratégia política, determinando juntamente com a equipe gerencial a melhor forma para atingir os objetivos e metas pré-estabelecidas; responsável também pela formulação e implantação das políticas e diretrizes comerciais e econômicas, incluindo suas estratégias a longo prazo. Na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, entre outras funções, é responsável pela contratação dos auditores independentes. Também na área imobiliária, é sócio fundador da Jardim Novo Mundo Construções e Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda., Uniplan Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Incopart Empreendimentos Imobiliários Ltda., empresas cuja atividade principal é a incorporação e construção imobiliária, na qual exerceu o cargo de Diretor-Presidente, tendo por função negociar as aquisições de novos terrenos, e também as participações societárias, bem como gerenciar as rotinas gerais de administração e de participações. Informou não haver qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

José Roberto Cury: Formou-se em Engenharia Civil, em 1983, pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie e concluiu o Curso Intensivo de Administração para Executivos pela Fundação Getúlio Vargas em 1986. É sócio fundador da Tricury Construções e Participações Ltda, empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, cuja atividade principal é a realização de empreendimentos imobiliários, na qual exerceu o cargo de Diretor. É também sócio fundador do Banco Tricury S/A, cuja atividade principal é crédito para médias empresas, na qual exerce o cargo de Diretor-Presidente. É membro da ADEVAL - Associação das Empresas Distribuidoras de Valores, cuja atividade principal é entidade de classe – Mercado Financeiro de Capitais, na qual exerce o cargo de 2º Vice-Presidente. Além disso, já atuou na mesma empresa como Conselheiro Consultivo, de 1989 a 1997, e como Diretor para Assuntos Jurídicos de 1997 a 2001. Atua, ainda, na Fundação ABBC - Associação Brasileira de Bancos, cuja atividade principal é entidade de classe, no cargo de membro da Diretoria, e na MERCAPREV - Fundo de Pensão Multipatrocinado das Instituições do Mercado Financeiro e de Capitais, cuja principal atividade é instituir planos privados de concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Oficial, no cargo de Suplente do Conselho de Patrocinadoras. Informou não haver qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

Jorge Cury Neto: Formou-se em engenharia civil, em 1983, pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie e, no mesmo ano, concluiu o Curso Intensivo de Administração para Executivos pela Fundação Getúlio Vargas. Nos últimos 5 (cinco) anos, teve as seguintes experiências profissionais: (i) atuou no SECOVI-SP (Sindicato da Habitação), organização cuja atividade principal é representar as empresas atuantes no mercado imobiliário em âmbito nacional, no cargo de Diretor, na qual tinha por função ser o Conselheiro Técnico voltado para o Sistema Financeiro Habitacional; (ii) foi sócio fundador da companhia Tricury Construções e Participações Ltda., onde atuava como Diretor Técnico responsável por todas as obras, negociações e aquisições dos terrenos das incorporações. Atualmente, exerce os cargos de Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia. Informou não haver qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

Ronaldo José Sayeg: Formou-se em Direito pela Faculdade Metropolitana Unidas, em 1973. Foi sócio fundador da Incosul Incorporação e Construção Ltda., empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade é a realização de empreendimentos imobiliários, na qual exerceu o cargo de Diretor Administrativo, abrangendo a administração dos departamentos Jurídico e de Suprimentos. Também na área imobiliária, foi sócio fundador e atuou na Cerro Corá Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda., Uniplan Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Incopart Empreendimentos Imobiliários Ltda., empresas cuja principal atividade é o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, no cargo de membro da Diretoria, tendo por função gerenciar as rotinas gerais de administração. Informou não haver qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

Fernando Tendolini Oliveira: Formou-se em Administração de Empresas pela EAESP – FGV em 1994 e pós graduou-se em Administração pela CEAG-FGV em 1997. Atuou na BRAM (Bradesco Asset Management), Corretora Santander, Nomura Securities International Inc., Corretora Fator-Doria Atherino, Fator Administração de Recursos – FAR e SulAmérica Investimentos. Informou não haver qualquer condenação criminal, em processo

administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

Diretoria:

Jorge Cury Neto: Formou-se em engenharia civil, em 1983, pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie e, no mesmo ano, concluiu o Curso Intensivo de Administração para Executivos pela Fundação Getúlio Vargas. Nos últimos 5 (cinco) anos, teve as seguintes experiências profissionais: (i) atuou no SECOVI-SP (Sindicato da Habitação), organização cuja atividade principal é representar as empresas atuantes no mercado imobiliário em âmbito nacional, no cargo de Diretor, na qual tinha por função ser o Conselheiro Técnico voltado para o Sistema Financeiro Habitacional; (ii) foi sócio fundador da companhia Tricury Construções e Participações Ltda., onde atuava como Diretor Técnico responsável por todas as obras, negociações e aquisições dos terrenos das incorporações. Atualmente, exerce os cargos de Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.

Fernando Salomão: Formou-se em Engenharia de Produção em 1980 pela Escola Politécnica de São Paulo da Universidade de São Paulo, e em 1982, obteve pós-graduação em Administração de Empresas pelo CEAG/Fundação Getúlio Vargas. Nos últimos 05 (cinco) anos, teve as seguintes experiências profissionais: (i) atuou na Incosul Incorporação e Construção Ltda., empresa do mesmo grupo econômico da Companhia cuja atividade principal é a realização de empreendimentos imobiliários, no cargo de Diretor Administrativo Financeiro, na qual tinha por função administrar o fluxo de caixa e a tesouraria da empresa. Atualmente, exerce o cargo de Diretor Administrativo da Companhia.

Comitê Executivo:

Michel Esper Saad Junior: Formado em Ciências Econômicas, em 1971, e Pós-Graduado em Administração de Empresas, em 1974, pela Universidade Mackenzie. Atuou por 11 anos na Rainha - Indústria de Tênis, vendida em 1979 para Alpargatas, cuja atividade principal era Indústria de Calçados Esportivos, no cargo de Diretor Comercial, na qual tinha por função criar estratégias, formulação e análise de custos, implantação das políticas e diretrizes comerciais e econômicas da Companhia. É sócio fundador da companhia Incosul Incorporação e Construção Ltda., empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, cuja atividade principal é a realização de empreendimentos imobiliários, na qual exerceu os cargos de Diretor de Incorporação e Diretor Comercial, tendo por função predominantemente estratégia política, determinando juntamente com a equipe gerencial a melhor forma para atingir os objetivos e metas pré-estabelecidas; responsável também pela formulação e implantação das políticas e diretrizes comerciais e econômicas da Companhia, incluindo suas estratégias a longo prazo. Na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, entre outras funções, é também responsável pela contratação dos auditores independentes. Também na área imobiliária, é sócio fundador da Jardim Novo Mundo Construções e Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda., Uniplan Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Incopart Empreendimentos Imobiliários Ltda., empresas cuja atividade principal é a incorporação e construção imobiliária, na qual exerceu o cargo de Diretor-Presidente, tendo por função negociar as aquisições de novos terrenos, e também as participações societárias, gerenciar as rotinas gerais de administração e de participações. Informou não haver qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

Jorge Cury Neto: Formou-se em engenharia civil, em 1983, pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie e, no mesmo ano, concluiu o Curso Intensivo de Administração para Executivos pela Fundação Getúlio Vargas. Nos últimos 5 (cinco) anos, teve as seguintes experiências profissionais: (i) atuou no SECOVI-SP (Sindicato da Habitação), organização cuja atividade principal é representar as empresas atuantes no mercado imobiliário em âmbito nacional, no cargo de Diretor, na qual tinha por função ser o Conselheiro Técnico voltado para o Sistema Financeiro Habitacional; (ii) foi sócio fundador da companhia Tricury Construções e Participações Ltda., onde atuava como Diretor Técnico responsável por todas as obras, negociações e aquisições dos terrenos das incorporações. Atualmente, exerce os cargos de Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia. Informou não haver qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

b. *Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do Conselho Fiscal*

Não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais em que os membros do Conselho Fiscal e membros da administração da Companhia tenham sido condenados por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

12.9 *Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:*

a. *Administradores da Companhia*

O Sr. Jorge Cury Neto, Vice-presidente do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente da Companhia, é irmão do Sr. José Roberto Cury, membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

b. *(i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia*

O Sr. Jorge Cury Neto, Vide Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Diretor Presidente da Companhia e Diretor sem designação específica da Tricury Participações S.A., é irmão do Sr. José Roberto Cury, membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia e Diretor sem designação específica da Tricury Participações S.A.

c. *(i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia*

Jorge Cury Neto, Vice-presidente do Conselho de Administração da Companhia, Diretor Presidente da Companhia, Diretor sem designação específica da Tricury Participações S.A. e acionista integrante do bloco de controle da Companhia é irmão de José Roberto Cury, membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, Diretor sem designação específica da Tricury Participações S.A. e acionista integrante do bloco de controle da Companhia.

d. *(i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia*

Jorge Cury Neto, Vice-presidente do Conselho de Administração da Companhia, Diretor Presidente da Companhia, Diretor sem designação específica da Trisul Participações S.A. é irmão de José Roberto Cury, membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, Diretor sem designação específica da Trisul Participações S.A. e acionista integrante do bloco de controle da Companhia.

12.10 *Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:*

a. *Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia*

Não há atualmente, e não existiu nos últimos 03 exercícios sociais.

b. *Controlador direto ou indireto da Companhia*

Não há atualmente, e não existiu nos últimos 03 exercícios sociais.

c. *Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas*

Não há atualmente, e não existiu nos últimos 03 exercícios sociais.

TRISUL S.A.
CNPJ/MF nº. 08.811.643/0001-27
NIRE 35.300.341.627

13. Remuneração dos Administradores

(Item 13 do Formulário de Referência)

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos³:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

O objetivo da política de remuneração dos administradores da Companhia é compensar adequadamente a competência, o desenvolvimento e responsabilidade dos profissionais, de forma a atrair e reter os melhores profissionais na Companhia.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é somente a remuneração mensal fixa, paga à título de pró-labore, definida em Assembléia Geral.

A política de remuneração da Diretoria Estatutária e Não Estatutária é composta por uma parcela fixa e uma parcela variável, e está diretamente ligada ao alinhamento dos interesses dos executivos em questão e dos acionistas da Companhia. Ainda, como componente da parcela variável da remuneração dos administradores da Companhia, a Companhia possui um Plano de Opção de Compra de Ações.

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária da Companhia é baseada nas práticas de mercado, e nos resultados da Companhia. A Companhia objetiva contratar e garantir a permanência dos profissionais de alta qualificação na sua administração.

A remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal equivale a 10% da remuneração que, em média, é atribuída a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos resultados, nos termos do estabelecido na Lei das S.A.

As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

Em relação ao comitê de incorporação da Companhia, seus membros não recebem remuneração.

b. Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração fixa é composta pelo pró-labore para os membros do Conselho de Administração e salário base para os membros da Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária, e tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo no âmbito da empresa e no âmbito do mercado, em geral.

³ As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

A remuneração variável é composta por Participação nos Lucros e possui o objetivo de premiar o alcance e superação das metas estabelecidas e alinhadas ao orçamento e planejamento estratégico da Companhia.

Aos Diretores Estatutários e Não Estatutários são conferidos benefícios indiretos como assistência médica e odontológica, seguro de vida, celular e cartão de crédito corporativo. Ademais, os administradores e empregados em nível gerencial da Companhia podem ser eleitos beneficiários de outorga de opção de compra de ações de emissão da Companhia, nos termos do plano aprovado, com o objetivo de principal de reforçar a retenção de profissionais na Companhia.

(ii) Proporção de cada elemento na remuneração total

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram:

	% em relação à remuneração total do valor pago a título de:			
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	na	na	100%
Diretoria	7%	93%	na	100%

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O reajuste da remuneração da diretoria Estatutária e Não Estatutária é feita anualmente, de acordo com índice divulgado pelo sindicato. O reajuste da remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia é definido anualmente em Assembleia Geral de Acionistas.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos membros da administração da Companhia é justificada segundo as responsabilidades inerentes ao cargo e as práticas de mercado. Ademais, o incentivo à melhoria da gestão da Companhia e a permanência dos seus executivos, visando ganhos pelo seu comprometimento com os resultados de curto e longo prazo, também representam justificativas para a composição da remuneração.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a determinação de cada elemento da remuneração variável, é levado em consideração a performance em relação às metas operacionais e financeiras.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração é estruturada em uma parte fixa e uma parte variável, sendo esta última sujeita a ajustes para refletir os indicadores de desempenho, cujas alterações estão diretamente atreladas à performance da Companhia e ao alcance das metas de equipe no período em questão.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A prática de remuneração adotada pela Companhia está diretamente alinhada aos interesses de curto, médio e longo prazos da Companhia, visando melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, através do incentivo de seus colaboradores.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladoras diretas ou indiretas da Companhia, de forma que a remuneração de todos os administradores é realizada única e diretamente pela Companhia, não havendo membros do Conselho de Administração ou da Diretoria que recebam remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladoras diretas ou indiretas.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

O Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2007 estabelece que o Conselho de Administração da Companhia poderá deliberar a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos membros da administração.

13.2 Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (R\$ mil)			
	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de membros	5	2	7
Remuneração fixa anual (em R\$)			
Salário ou pró-labore	2.257	3.393	5.650
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-
Participação em Comitês	-	-	-
Outros	-	-	-
Remuneração Variável (em R\$)			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações ⁴	-	-	-
Valor por órgão da remuneração	2.257	3.393	5.650

⁴ Este campo deve ser preenchido de acordo com a definição de remuneração baseada em ações, paga em ações ou dinheiro, conforme normas contábeis que tratam do assunto.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (R\$ mil)

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de membros	5	2	7
Remuneração fixa anual (em R\$)			
Salário ou pró-labore	2.115	3.252	5.367
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-
Participação em Comitês	-	-	-
Outros	-	-	-
Remuneração Variável (em R\$)			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações ⁵	-	-	-
Valor por órgão da remuneração	2.115	3.252	5.367

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (R\$ mil)

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de membros	5	2	7
Remuneração fixa anual (em R\$)			
Salário ou pró-labore	1.646	2.782	4.428
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-
Participação em Comitês	-	-	-
Outros	-	-	-
Remuneração Variável (em R\$)			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações ⁶	-	-	-
Valor por órgão da remuneração	1.646	2.782	4.428

⁵ Este campo deve ser preenchido de acordo com a definição de remuneração baseada em ações, paga em ações ou dinheiro, conforme normas contábeis que tratam do assunto.

⁶ Este campo deve ser preenchido de acordo com a definição de remuneração baseada em ações, paga em ações ou dinheiro, conforme normas contábeis que tratam do assunto.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (R\$ mil)

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de membros	5	2	7
Remuneração fixa anual (em R\$)			
Salário ou pró-labore	1.247	1.508	2.754
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-
Participação em Comitês	-	-	-
Outros	-	-	-
Remuneração Variável (em R\$)			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações ⁷	-	-	-
Valor por órgão da remuneração	1.247	1.508	2.754

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (R\$ mil)

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de membros	5	2	7
Remuneração fixa anual (em R\$)			
Salário ou pró-labore	1.181	1.423	2.604
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-
Participação em Comitês	-	-	-
Outros	-	-	-
Remuneração Variável (em R\$)			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações ⁸	-	-	-
Valor por órgão da remuneração	1.181	1.423	2.604

⁷ Este campo deve ser preenchido de acordo com a definição de remuneração baseada em ações, paga em ações ou dinheiro, conforme normas contábeis que tratam do assunto.

⁸ Este campo deve ser preenchido de acordo com a definição de remuneração baseada em ações, paga em ações ou dinheiro, conforme normas contábeis que tratam do assunto.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (R\$ mil)

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de membros	5	2	7
Remuneração fixa anual (em R\$)			
Salário ou pró-labore	1.224	1.634	2.858
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-
Participação em Comitês	-	-	-
Outros	-	-	-
Remuneração Variável (em R\$)			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações ⁹	-	-	-
Valor por órgão da remuneração	1.224	1.634	2.858

13.3 Remuneração variável reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária¹⁰:

Não houve.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O exercício das opções outorgadas tem como condição de reserva de direito o exercício das opções à razão de 20% ao ano, apenas a partir do final do período de 12 meses a contar da data de outorga, não podendo este exercício se dar em prazo superior a 60 meses contados da data de outorga.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A expectativa de volatilidade de 53% foi determinada pelo desvio padrão das variações dos preços semanais da ação da Companhia negociadas na B3, até a data de cada outorga.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não foi incorporada qualquer outra característica da opção na mensuração de seu valor justo.

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

⁹ Este campo deve ser preenchido de acordo com a definição de remuneração baseada em ações, paga em ações ou dinheiro, conforme normas contábeis que tratam do assunto.

¹⁰ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

Não foram conferidos planos de previdência aos membros do conselho de administração e diretores estatutários da Companhia.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020		
	Conselho De Administração	Diretoria Executiva
Número de membros	5	2
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	1.008.354,01	1.683.924,63
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	221.325,10	1.567.793,59
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	352.496,59	1.625.859,11

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

N/A

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia:

Não há qualquer remuneração baseada em contratos, apólices de seguro ou outros instrumentos.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE			
Órgão	2020	2019	2018
Conselho de Administração	39,00%	45,00%	43,00%
Diretoria Estatutária	61,00%	55,00%	57,00%
Conselho Fiscal	-	-	-

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve pagamento de remuneração para membros da administração por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não houve pagamento de remuneração para membros da administração reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

Não existem outros itens relevantes sobre este item "13".